



MR 022. Materialidades religiosas em cultos, museus, patrimônios e consultórios: desnaturalizando classificações

Coordenador(es):

Renata de Castro Menezes (Museu Nacional / UFRJ)

Participantes:

Stefania Capone (CNRS/EHESS)

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG/Museu Antropológico)

Rodrigo Toniol (Unicamp)

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (MN/UFRJ)

As discussões sobre materialidades, objetos e coisas configuram uma das áreas temáticas de efervescência na antropologia contemporânea. Nessa mesa, gostaríamos de explorar a análise de casos ou situações que envolvam materialidades socialmente reconhecidas como de cunho religioso, evidenciando de que maneira elas, a partir de suas ambiguidades e ambivalências, podem provocar tensões em formas hegemônicas de classificação e evidenciar o caráter historicamente construído de determinadas categorias. Em nosso entendimento, as materialidades “religiosas” em ação, isto é, tomadas em contextos em que as pessoas as usam, as disputam, as incorporam em determinadas práticas e se articulam a seu redor conformariam um campo particularmente frutífero para desnaturalizar oposições como as de sujeito / objeto; real / virtual; vivo / morto; todo / parte; corpo / pessoa, religioso / secular; espírito / matéria. Assim, ao tratar de materialidades “religiosas” em práticas de culto, como objeto de atenção e disputa patrimonial, em exposições museais e em usos médico-científicos, estaremos problematizando tanto as fronteiras entre diversos domínios da vida social, como a própria definição do que é o religioso.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: